

**Formulário de Resposta aos recursos - NODA S NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO –
AUDITOR FISCAL**

Questão	Justificativa	Conclusão (Deferido ou Indeferido)	Resposta Alterada para:
TIPO 1: 11 TIPO 2: 18	<p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:</p> <p>A sequência correta é V – V – V – F. A contratação sem licitação, quando não atendidos os requisitos legais, pode ser anulada por vício de legalidade, ainda que a Administração alegue conveniência, pois o controle da legalidade prevalece sobre o mérito administrativo. A relação de parentesco entre o secretário e o sócio da empresa contratada afronta o princípio da impessoalidade e pode configurar nepotismo ou favorecimento indevido. A ausência de comprovação da execução do objeto contratado viola o dever de eficiência e pode gerar responsabilização dos gestores por dano ao erário.</p>	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO

	<p>Já a inexigibilidade de licitação não é ato discricionário absoluto, estando sujeita à análise da legalidade e à observância estrita dos requisitos legais, de forma que o prefeito pode, sim, ser responsabilizado se houver irregularidades.</p> <p>Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.</p>		
<p>TIPO 1: 13</p> <p>TIPO 2: 17</p>	<p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:</p> <p>A sequência correta é V – F – V – V. As empresas públicas e sociedades de economia mista, ainda que atuem em atividade econômica em sentido estrito, estão submetidas aos princípios constitucionais da Administração Pública (art. 37 da CF) e ao controle externo dos Tribunais de Contas. As autarquias possuem regime jurídico de direito público, não de direito privado, e por isso não têm liberdade para contratar sem</p>	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO

	<p>licitação, devendo seguir a Lei nº 14.133/2021 ou legislação anterior aplicável. As fundações públicas de direito público integram a Administração indireta, estão sujeitas ao controle finalístico do ente instituidor e ao controle de legalidade de seus atos. Já a controladoria interna da Administração direta pode realizar auditorias nas entidades da Administração indireta, desde que haja previsão na estrutura de controle e na competência do órgão supervisor.</p> <p>Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.</p>		
<p>TIPO 1: 14</p> <p>TIPO 2: 20</p>	<p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:</p> <p>A alternativa correta é “O poder hierárquico justifica a atuação corretiva e disciplinadora do órgão central sobre o servidor subordinado, enquanto o poder regulamentar autoriza</p>	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO

	<p>a expedição de normas complementares para orientar a atuação administrativa”, pois na situação apresentada a Controladoria atua com base no poder hierárquico para corrigir e disciplinar condutas de servidores e no poder regulamentar para editar instruções normativas que complementem a legislação, padronizando procedimentos internos. As demais alternativas contêm equívocos: a aplicação de sanções administrativas não é exclusiva do Poder Judiciário; o poder de polícia refere-se à regulação e restrição de direitos privados para interesse público, e não à execução orçamentária interna; o poder regulamentar pode ser delegado a órgãos internos para normas complementares, desde que dentro de suas competências; e o poder disciplinar também se aplica a servidores comissionados, que podem ser responsabilizados administrativamente além da exoneração.</p>		
--	--	--	--

	Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.		
TIPO 1: 16 TIPO 2: 25	<p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:</p> <p>A alternativa correta é “A execução do contrato de concessão está sujeita ao regime jurídico de direito público, sendo lícita a aplicação de sanções pela Administração por descumprimento das cláusulas essenciais do serviço, independentemente de justificativas unilaterais do concessionário”, pois os contratos de concessão de serviços públicos seguem as regras da Lei nº 8.987/1995 e da legislação correlata, que impõem a observância dos princípios da continuidade, eficiência, regularidade e acessibilidade. O poder concedente mantém a titularidade do serviço e pode aplicar penalidades administrativas, como advertência, multa ou até caducidade da concessão,</p>	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO

	<p>quando constatado o descumprimento contratual, sem necessidade de decisão judicial prévia, desde que respeitado o devido processo administrativo. As demais alternativas incorrem em erros ao tratar a concessão como relação regida pelo Código Civil, transferir a titularidade do serviço ao concessionário, tolerar inadimplência por redução de demanda ou condicionar a atuação da Administração a recomendações externas.</p> <p>Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.</p>		
<p>TIPO 1: 20 TIPO 2: 24</p>	<p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:</p> <p>A resposta correta é I, II e III, apenas. Pela teoria do risco administrativo, prevista no art. 37, §6º, da Constituição Federal, a responsabilidade civil do Estado é objetiva, ou seja, independe de comprovação de culpa dos agentes, bastando a prova do</p>	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO

	<p>dano e do nexo de causalidade com a atuação ou omissão estatal (I). A ausência de culpa dos servidores não afasta a responsabilidade da autarquia, mas pode fundamentar ação regressiva contra o agente caso haja dolo ou culpa (II). A responsabilidade pode ser afastada se comprovada culpa exclusiva da vítima, caso fortuito/força maior ou fato exclusivo de terceiro (III). Já a afirmativa IV está incorreta, pois a reparação administrativa de danos a particulares não depende de reconhecimento de responsabilidade funcional do servidor, mas sim da responsabilização objetiva do ente público; a apuração de eventual responsabilidade funcional é um procedimento distinto e não condiciona a indenização.</p> <p>Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.</p>		
<p>TIPO 1: 22</p> <p>TIPO 2: 12</p>	<p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos</p>	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO

	<p>apresentados abaixo:</p> <p>A resposta correta é II e IV. A Lei nº 14.230/2021 alterou significativamente a Lei nº 8.429/1992, passando a exigir dolo específico para a caracterização de atos de improbidade administrativa em todas as hipóteses, inclusive as de prejuízo ao erário, não havendo mais responsabilização por mera culpa ou culpa grave, o que torna a afirmativa I incorreta. Os órgãos de controle e auditoria interna, de fato, podem recomendar a instauração de PAD ou o envio de informações ao Ministério Público, mas não podem aplicar sanções previstas na LIA, o que confirma a afirmativa II. A afirmativa III está incorreta porque a nova lei afastou a responsabilização por culpa, exigindo dolo específico. Já a afirmativa IV está correta, pois a auditoria interna tem função preventiva e corretiva, sem competência para julgar improbidade, que é de competência exclusiva do Judiciário.</p>		
--	--	--	--

	Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.		
--	--	--	--